

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vai judicializar...

As ações que o PL entrou contra Lula por campanha antecipada são as primeiras de uma série. Quem acompanha de perto a área jurídica da campanha diz que os movimentos do adversário serão observados com uma lupa à luz da Lei Eleitoral.

...de todos os lados

Da parte do PT, também há uma enxurrada de ações em gestação pelos movimentos de rua que Bolsonaro tem feito no horário do expediente.

Na pressão

Ao rejeitar o arquivamento da ação contra Bolsonaro por vazamento de um inquérito da Polícia Federal (PF) sobre as urnas eletrônicas, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes mantém a corda esticada no processo eleitoral. A leitura dos políticos é de que foi feita para ver se o presidente “baixa a bola”.

Mãos atadas

Nem adianta o PL do Distrito Federal ir a Bolsonaro reclamar da presença da primeira-dama Michelle na convenção do Republicanos, que selou a candidatura da ex-ministra Damares Alves ao Senado. Michelle incentivou a candidatura e não deixará a amiga à deriva. E que ninguém se surpreenda se ela, inclusive, participar de alguns atos de campanha.

A data que vale



Passadas as convenções, os olhares da política vão se voltar para 14 de agosto. É a data vista pelos partidos como o próximo dia tenso do calendário eleitoral, véspera da data-limite para o registro de candidaturas. Até lá, as idas e vindas dos candidatos permanecem tanto no cenário nacional quanto em alguns estados. Na disputa presidencial, continuará a pressão sobre Ciro Gomes para que desista e apoie Luiz Inácio Lula da Silva. Sim, os petistas não desistiram de tirar o ex-prefeito de Fortaleza, ex-governador do Ceará, ex-ministro da Fazenda, da Integração Nacional e ex-deputado federal da corrida ao Planalto.

No cenário regionais e estaduais, chama a atenção o menor colégio eleitoral, o Distrito Federal. As atas das convenções, que precisam ser entregues, hoje, até o meio-dia, à Justiça Eleitoral, estão em aberto na maioria dos partidos. E só serão preenchidas em cima da hora, daqui a oito dias.

CURTIDAS

Ávidos por informações/ O cientista político Lucas de Aragão, sócio da Arko Advice, está em Nova York, num périplo por bancos e fundos de investimentos norte-americanos. Na agenda, almoço organizado pelo Bank of America Merrill Lynch para ouvi-lo sobre o cenário nacional e as eleições de outubro.

Nem tão cedo/ Os investimentos só vão entrar no Brasil se houver terreno fértil no fim do túnel eleitoral. A expectativa de uma eleição para lá de disputada está fazendo com que essa turma segure até o ano que vem.



Homenagem póstuma/ Entre os 52 médicos agraciados com a medalha de Ordem do Mérito Médico, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, entregou a comenda, in memoriam, ao jovem médico Vitor Procópio Trindade, que morreu aos 27 anos, vítima de um acidente com ambulância do SAMU onde prestava atendimento como socorrista. A medalha foi recebida pelo pai, o jornalista José Maria Trindade (foto).

Jô Soares/ Faça humor, não faça guerra, Viva o Gordo!, Programa do Jô. Ele foi protagonista da cultura e da tevê brasileira, no entretenimento, na literatura e no jornalismo. Onde estiver, descanse em paz, querido Jô.



Bolsonaro sanciona projeto que possibilita ao governo distribuir recursos, mesmo em período eleitoral. Texto contorna a proibição de distribuição de benesses nos meses que antecedem o pleito, e foi aprovado sem alarde

Verbas para turbinar campanha

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou, ontem, o projeto que autoriza ao governo distribuir verbas federais mesmo em período eleitoral. De distribuição de cesta básica a tratores, a proposta, que agora virou lei, elimina a trava que impedia o Poder Executivo de direcionar recursos novos para redutos eleitorais, além de permitir uma série de manobras como o redirecionamento de verbas federais enviadas a estados e municípios. Para especialistas, a medida cria uma nova espécie de “pedalada”. O projeto autoriza um conjunto de doações do governo federal para municípios e instituições privadas — redes de pesca, ambulâncias, tratores, máquinas agrícolas e emendas parlamentares — no meio da campanha. O texto dribla a Lei Eleitoral, que proíbe essa prática, ao mexer na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 e favorece o presidente Jair Bolsonaro (PL) e parlamentares que apadrinham os recursos. A mudança foi aprovada pelo Congresso no último dia 12, enquanto as atenções estavam voltadas para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Bondades e para a regulamentação do orçamento secreto. Em abril, o Congresso já havia liberado as doações até julho, com sanção de Bolsonaro. Agora, a nova lei dá aval para as doações no ano inteiro, incluindo o período eleitoral.

Porteira aberta

A manobra fura o chamado “defeso eleitoral”, que proíbe práticas com pagamento de emendas e inaugurações na

época da campanha. “Além da estranheza das flexibilizações, as mudanças das flexibilizações, as mudanças das flexibilizações, as mudanças das flexibilizações no processo de execução orçamentária do passado. Ao alterar a lei eleitoral, a menos de 90 dias das eleições, insere o elemento de insegurança jurídica no calendário, podendo ser interpretado como abuso de poder e acarretar desequilíbrio aos concorrentes do pleito. É de se esperar que haja questionamentos judiciais, inclusive na seara eleitoral”, afirmou o diretor executivo do Instituto Nacional de Orçamento Público (Inop), Renatho Melo.

O mesmo projeto autoriza o governo federal a trocar o município e até mesmo o fornecedor de uma obra ou serviço público de uma verba já empenhada — ou seja, com contrato assinado e pagamento liberado — de um ano para outro. Nos bastidores, a razão apontada para a mudança é ceder ao pedido de parlamentares.

Um dos dispositivos permite mudanças na localidade de verbas contratadas em 2020, primeiro ano do orçamento secreto, incluindo emendas parlamentares. Assim, Um prefeito pode, por exemplo, perder o dinheiro já reservado para sua cidade se um candidato a deputado ou a senador considerar que ele não entregou os votos prometidos. O artifício aumenta o poder do congressista sobre o prefeito e vai virar moeda de troca eleitoral.

Outro item sancionado autoriza o governo a mudar, de um ano para o outro, o fornecedor de uma obra que já teve o recurso empenhado, ou seja, garantido no Orçamento. A Casa Civil, chefiada pelo ministro Ciro Nogueira, patrocinou a aprovação da medida.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pacheco foi cobrado por senadores a colocar um freio nas matérias que vêm da Câmara com prazo apertado

Senadores reagem a atropelo nos prazos

» RAPHAEL FELICE

Um grupo de senadores manifestou, nesta semana, grande insatisfação com a atuação da Câmara dos Deputados, e expressou isso ao presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Isso porque os parlamentares se sentem pressionados a analisar, rapidamente, alguns assuntos que gostariam de ver debatidos com maior profundidade para que o texto fosse aprimorado. Além do mais, com os compromissos da campanha eleitoral de vários integrantes das duas Casas, os prazos dos trâmites normais deixam de ser respeitados.

Nesta semana, o Senado recebeu os textos de uma medida provisória (MP 1.109) e de três projetos de lei de conversão (PLVs 19, 20, 21). A sessão Plenária na última quarta-feira foi encerrada próximo das 22h. Parlamentares, especialmente da oposição, pressionaram Pacheco (PSD-MG) para que “reveja” a relação com a Câmara.

O senador Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou que a pressa imposta por conta do prazo das matérias enviadas pela Câmara é uma “ofensa” aos senadores. Ele é um dos que exigem que o presidente do Senado estabeleça

alguns limites para que o problema não persista.

“Votaram na Câmara ontem ou anteontem. E hoje, aqui, pega todo mundo em uma situação dramática, porque a medida provisória não pode caducar. Me sinto agredido”, protestou.

A reivindicação recebeu o apoio de outros senadores. Paulo Rocha (PT-PA) e Jean Paul Prates (PT-RN) criticaram o horário das últimas votações do dia por conta do período eleitoral. Segundo Rocha, os senadores ficaram “atolados”. Disse, ainda, que no horário entre 18h e 19h, muitos voltaram a focar em



Vem uma MP, que não estava na Ordem do Dia que recebi, em fim de Governo, num recesso pré-eleitoral, sem nenhuma urgência. Um assunto que pode ser tratado por lei ordinária sem problema nenhum, sem nenhuma urgência”

Senador Jean Paul Prates (PT-RN), irritado com os textos analisados a toque de caixa no Senado

compromissos de campanha e abandonaram a sessão. “Me sinto um parlamentar de segunda categoria”, disse o líder do PT.

Prates, que é líder da minoria, se referiu ao horário da sessão como “xepa”. E questionou a urgência das propostas que estavam sendo votadas. “Vem uma MP, que não estava na Ordem do Dia que recebi, em fim de Governo, num recesso pré-eleitoral, sem nenhuma urgência. Vulgariza o uso de medidas provisórias sem necessidade. Um assunto que pode ser tratado por lei ordinária sem problema nenhum, sem nenhuma urgência”, criticou.